

A língua de sinais como segunda língua na Austrália: uma entrevista com Louisa Willoughby

Sign Language as a second language in Australia: an interview with Louisa Willoughby



Lídia da Silva

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

lidiaufpr@gmail.com



Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

gaia.silvia@gmail.com

RESUMO

Devido ao incentivo da legislação, com a Lei nº. 10.436 (BRASIL, 2002), desde 2002 há no Brasil importantes políticas linguísticas sendo desenvolvidas em prol da inclusão das pessoas surdas. Uma dessas políticas é a vertente pedagógica do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma segunda língua (L2) para pessoas ouvintes. Essa área, apesar de apresentar incipiência de arcabouço teórico-metodológico, tem trazido contribuições substanciais à prática pedagógica. Na Austrália, todavia, o mesmo não ocorre, já que o desenvolvimento tecnológico (e o uso expressivo do implante coclear) e a abordagem oralista têm prevalecido em detrimento da educação bilíngue para surdos. É nesse contexto que a professora doutora Louisa Willoughby — da Universidade Monash, em Melbourne — tem desenvolvido estudos sobre a *Australian Sign Language* (Auslan), língua australiana de sinais como L2, para ouvintes. Neste trabalho, temos o objetivo de apresentar a entrevista realizada em 2021 com ela, de modo que suas afirmações possam ser comparadas ao estado da arte da Libras como L2. Assim, esperamos que os leitores observem semelhanças e diferenças de acordo com os conhecimentos já socializados pela área.

Palavras-chave: Auslan; segunda língua; aprendizes ouvintes.

ABSTRACT

Due to Law nº 10.436 (BRASIL, 2002), since 2002 there have been important language policies being developed to include deaf people in Brazil. An example is the pedagogical aspect of teaching Brazilian Sign Language (Libras) as a

second language (L2) for hearing students. Despite its incipient theoretical-methodological framework, this area has brought substantial contributions to pedagogical practice. However, the same does not apply to Australia, where technological development (and the expressive use of cochlear implants) and the oral approach have prevailed to the detriment of bilingual education for the deaf. It is in this context that Professor Louisa Willoughby — Monash University, in Melbourne — has been developing studies on Australian Sign Language (Auslan) as L2 for hearing individuals. Our aim is to present the interview that was carried out in 2021 with her so that the statements can be compared to the state of art of Libras as L2. Thus, we hope that readers can observe similarities and differences according to what is already known and shared by the area.

Keywords: Auslan; second language; hearing learners.

Submetido em 18 de maio de 2022.

Aceito em 06 de julho de 2022.

Publicado em 20 de outubro de 2022.

1 Introdução

Silva (2020) realizou uma investigação sobre o estado da arte da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua (L2) no período concernente de 2008 a 2018 e encontrou 90 produções científicas. A autora aponta que os trabalhos que se debruçam sobre as políticas linguísticas estão relacionados à obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e que as pesquisas sobre a prática pedagógica apresentam questões pertinentes à metodologia de ensino, estratégias, materiais e recursos didáticos. Quanto à aprendizagem da Libras como L2, Silva (2020) conta que os estudos adotam um viés interacionista e que, no tocante à presença da Libras na Educação Básica, os trabalhos destacam a forma lúdica da criança ouvinte aprender. Por fim, a autora discute o papel do professor de Libras, com considerações sobre sua identidade e formação profissional. A investigação conclui que essa área se encontra em franca expansão no território nacional.

Diante do cenário brasileiro, interessamo-nos por conhecer os aspectos da língua de sinais australiana (Auslan) como L2 para ouvintes na Austrália. A Auslan surgiu da língua britânica de sinais e da língua de sinais da Nova Zelândia e, embora não exista uma legislação que disponha sobre o uso do idioma para os seus quase sete mil sinalizantes surdos, em 1987, o governo, por meio da publicação de sua política nacional de idiomas, a reconheceu como língua preferencial da comunidade surda (LO BIANCO, 1987). A Austrália é um país com expoente desenvolvimento tecnológico, o qual se estende à expressiva produção de implante coclear que favorece a manutenção da abordagem oralista na educação de surdos.

Tendo em vista esse contexto, entrevistamos a professora doutora Louisa Willoughby — da Universidade Monash, em Melbourne — que é referência nos estudos sobre a Auslan como L2 para ouvintes. Como sociolinguista, a pesquisadora tem desenvolvido importantes parcerias e fortalecido as investigações relativas ao contexto multicultural e diverso ao qual as pessoas surdas estão expostas.

A entrevista a ser apresentada a seguir foi concedida por Louisa Willoughby em inglês para a professora doutora Silvia Gaia da Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa da Libras como L2 (GEPELS). A entrevista que ocorreu de forma remota, foi interpretada simultaneamente para a Libras pelos profissionais Saulo Xavier de Souza (Universidade Evangélica de Goiás) e Eziom-Geber Emmanuel Gusmão Palmeira Limeira (Universidade Federal do Paraná). A sua gravação está disponível em vídeo depositado na plataforma do *YouTube*¹ e o seu conteúdo foi traduzido para o português pelo bolsista Lucas Vilain Matras, que é estudante da Universidade Federal do Paraná.

A entrevistada trata sobre os contextos de ensino da Auslan e quais os recursos tecnológicos são mais utilizados como ferramenta pedagógica; apresenta aspectos teórico-metodológicos do ensino da Auslan como L2; explana sobre as contribuições do projeto *Bridging the theory-practice gap in the teaching of sign languages* (em tradução livre para o português, “Preenchendo a lacuna teórico-prática no ensino de línguas de sinais”); e explica como se dá a formação docente. Conhecer como ocorre o ensino de Auslan como L2 para ouvintes, na Austrália, incita importantes reflexões e profícuas discussões para os interessados em Libras como L2.

Nosso objetivo, nesse trabalho é, portanto, apresentar tal entrevista de modo que as afirmações da entrevistada possam ser comparadas ao estado da arte da Libras como L2, para que o leitor observe semelhanças e diferenças de acordo com os conhecimentos já socializados pela área.

Sendo assim, além da entrevista, trazemos algumas considerações finais e temos a pretensão de que o texto colabore com os estudos da Linguística Aplicada.

2 A entrevista

ENTREVISTADORA: Para iniciar, compartilhe conosco um pouco sobre a educação de surdos e o uso da Auslan na Austrália.

Louisa Willoughby: Alguns de vocês devem saber que a tecnologia do implante coclear foi desenvolvida em Melbourne e, por conta disso, seu uso é muito incentivado na Austrália. A taxa de uso do implante coclear é extremamente alta em nosso país. Uma

¹Depósito da entrevista no site: <https://www.youtube.com/watch?v=9o5P2q9ue6Q&t=348s>

pesquisa feita há alguns anos constatou que não havia crianças surdas sem implantes auditivos na Austrália. O implante coclear alcança, na verdade, 100% das crianças porque a tecnologia é disponibilizada livremente. O estado realiza a triagem auditiva nos recém-nascidos e todo o processo de reabilitação passa a ser definido a partir do uso do implante coclear. Por causa desse contexto, a educação de surdos no nosso país, historicamente, tem dado forte ênfase à abordagem oralista. Então, para ser um professor de surdos na Austrália não é preciso saber a língua de sinais, mas isso vem mudando, especialmente em Victoria, no meu estado. No estado de Queensland, mesmo sem legislação dedicada ao assunto, tem havido financiamento e apoio a projetos que buscam desenvolver a habilidade linguística na Auslan em professores de surdos. Obviamente, seria muito bom se tivéssemos professores surdos com habilidade linguística em Auslan, mas creio que isso só vai acontecer quando se tornar necessário, pois as universidades não vão mudar espontaneamente. De todo modo, atualmente há muito mais conhecimento e compreensão sobre a Auslan do que dez anos atrás. A questão também é difícil porque a grande maioria das crianças surdas que têm implante coclear estudam em escolas regulares e apenas uma porcentagem muito pequena frequenta escolas [bilíngues] de surdos; ainda, mesmo em unidades escolares onde há dez crianças surdas, o foco é a língua inglesa [abordagem oralista]. Em algumas dessas escolas tradicionais, onde existem crianças surdas e ouvintes, ocorre o ensino da Auslan, então todos a aprendem — assim como aprendem o francês como uma L2 —, por isso há muitos novos sinalizantes aprendendo Auslan. Alguns desses estudantes surdos, quando terminam a escola ou chegam ao 11º ou 12º ano e estão com 16 anos de idade, decidem que querem outras opções de comunicação além do discurso oral, pois percebem que o implante coclear simplesmente não funcionou para eles. Então, é nesse contexto que a Auslan está se desenvolvendo e como a Austrália é um país grande, notamos uma grande variação regional na língua de sinais. Também há a variação social, já que são diferentes tipos de sinalizantes: alunos tardios da Auslan, que são alfabetizados em inglês; pessoas de famílias surdas que têm usado a Auslan por gerações; pessoas com deficiências físicas adicionais ou deficiências intelectuais e outras. Por isso, há uma enorme gama de maneiras de sinalizar.

ENTREVISTADORA: Em linhas gerais, pode-se dizer que esse contexto também se torna desafiante aos aprendizes ouvintes da Auslan como L2?

Louisa Willoughby: Os aprendizes ouvintes de L2 precisam ser capazes de lidar com as variações da língua e não apenas sair com a ideia muito rígida de que “isso é correto e aquilo é errado”. Às vezes, vemos alunos ouvintes indo para a comunidade de surdos e lhes dizendo que os sinais usados estão errados, e eu acredito que isso não seja o melhor a fazer como aprendiz de uma L2. Infelizmente, essas pessoas que criticam e julgam o que as outras estão falando se esquecem de que essa forma de expressão dos surdos talvez se deva ao fato de que alguns precisaram passar pelo processo formal de aprendizagem de L2 em ambiente de sala de aula. Penso que é o mesmo caso de quando alguém critica o seu inglês, dizendo “você não está falando corretamente” ou “você não está lendo/escrevendo direito”. Nessa situação, considero que é necessário se posicionar explicando que a linguagem é rica e variada e que há muitas e diferentes formas possíveis para a comunicação. Da mesma maneira, não se deve comparar a sinalização de sinalizantes surdos com a sinalização de aprendizes ouvintes, pois esta última sempre será falada em L2. Acredito que precisamos fugir dessa ideia de monolinguismo e creio que devemos ter o objetivo de nos tornarmos pessoas aptas em se comunicar. Outra questão que acho que pode ser um problema

é o fato de termos várias pessoas aprendendo a língua de sinais apenas em nível iniciante; isso provavelmente não colabora tanto para a inclusão de surdos. Em Melbourne, há muitas pessoas surdas que usam a Auslan diariamente e pessoas que aprendem a língua em cursos curtos de nível iniciante; entretanto, por mais que esses aprendizes ouvintes pensem que são capazes de se comunicar na Auslan, logo percebem suas dificuldades em se expressar nessa língua. Eu li a respeito de uma pesquisa realizada na Austrália, na Nova Zelândia e na América do Norte que relata que os surdos vêm questionando essa indústria que ensina em série e oferece cursos de nível iniciante, o que é insuficiente para colaborar para a inclusão social mais ampla. Além do mais, há muitos estudantes ouvintes que iniciam o curso e percebem que a Auslan é uma língua de difícil assimilação, que demanda tempo para ser aprendida; como não dispõem do tempo necessário para estudo, acabam desistindo.

ENTREVISTADORA: Apesar desse contexto nacional da Auslan e da educação de surdos, quais são os espaços em que se pode aprender o idioma na Austrália?

Louisa Willoughby: Poucas universidades australianas ensinam a Auslan como L2/LE, e as que o fazem oferecem apenas o nível iniciante (assim como acontece em algumas universidades nos Estados Unidos e no Canadá), com aulas em um ou dois semestres. A formação para as pessoas que querem ser intérpretes ou se profissionalizar na área é por meio da Educação Técnica e Federal (TAFE - *Technical and Federal Education*), um curso integral que vai de um a quatro semestres e é completamente baseado na Auslan; ou seja, além das aulas de línguas, todas as demais unidades teóricas são ministradas na Auslan. Através da formação do TAFE, as pessoas se tornam, realmente, fluentes na Auslan. Os aprendizes do TAFE saem qualificados para prestar o exame nacional de credenciamento de intérpretes (*National Interpreter Accreditation Authority*) e podem receber uma qualificação provisória, que permite atuar em trabalho educacional ou social, ou a qualificação em nível de intérprete profissional completo, que autoriza a atuação nas áreas jurídica e de saúde ou em outros trabalhos de interpretação de altos postos. Nesse caso, o exame é muito semelhante a exames de línguas orais e sempre é marcado por pessoas de outros estados, de modo que não coincida com um entrevistador que tenha sido o professor do avaliado. Além disso, o idioma é ensinado no ensino fundamental em centenas de escolas primárias em Victoria, as quais escolhem ofertar a Auslan como L2. Essa oferta é de apenas quinze ou trinta minutos por dia, momentos em que as crianças aprendem um pouco sobre a cultura e a língua; contudo, por ter uma carga horária tão pequena, o curso não é suficiente para torná-los fluentes na Auslan.

ENTREVISTADORA: Além desses espaços que você mencionou, há recursos tecnológicos disponíveis na Austrália que são acessíveis a aprendizes da Auslan como L2?

Louisa Willoughby: O recurso mais importante que temos — que não é um programa de ensino estruturado, mas é bastante usado — é o *Signbank*, um dicionário online da Auslan, disponível de forma gratuita. No *Signbank*, o usuário digita uma palavra em inglês, e diferentes sinais equivalentes são apresentados. Além desse, há uma série de outros aplicativos ou programas para iniciantes com os quais as pessoas podem

trabalhar para aprender a Auslan, mas não são completamente gratuitos. Um desses aplicativos, para *iPhone*, foi desenvolvido pela Associação de Surdos de Nova Gales do Sul e se chama Auslan Tutor. Ele é direcionado para pais de crianças surdas e tem vários vídeos com vocabulários e frases usadas com crianças, como: “já está quase na hora do almoço” e “guarde os seus brinquedos” (ele tem um custo de 20 dólares). Em 2021, um novo sistema muito interessante teve início: trata-se de uma plataforma em que as pessoas podem efetuar login e fazer perguntas aos tutores de Auslan. Não é um aplicativo, pois é possível interagir em tempo real com pessoas que são remuneradas para responder sobre como se sinaliza esse ou aquele sinal.

ENTREVISTADORA: Além do Auslan Tutor, existe mais alguma ação voltada aos familiares de surdos que queiram aprender a Auslan como L2?

Louisa Willoughby: Na Austrália, os familiares que queiram aprender a Auslan podem acessar o Seguro Nacional de Deficiência (*National Disability Insurance Scheme*), um apoio mensal que o governo oferece às famílias que têm alguém com uma deficiência. Apesar de não ser muito dinheiro, o auxílio do governo pode ajudar com os custos dos serviços de apoio que se mostram necessários. Assim, os pais podem, se quiserem, usar o dinheiro para custear o aprendizado da Auslan. A maioria deles diria que esse valor não é suficiente para financiar o curso todo, mas pelo menos ajuda a ter uma ou duas horas de aula da Auslan com um professor particular. Além disso, os pais podem desenvolver habilidades na Auslan convivendo nos diversos espaços frequentados pelas crianças surdas, inclusive nas escolas das grandes cidades, onde existe o apoio de intérpretes por determinado período na sala de aula convencional. Nenhuma criança na Austrália tem apoio de intérpretes da Auslan em tempo integral, mas os poucos momentos são oportunidades de contato também para os pais. Para os demais parentes, como avós e irmãos, não há muitas opções de aprendizado; basicamente, essas pessoas são instruídas a ir para o TAFE ou fazer um curso de meio período, à noite, algo assim. Acho que seria útil se tivéssemos mais e melhores opções para famílias ou amigos de surdos aprenderem a Auslan, sem que fosse necessário se comprometer com a matrícula em um curso muito longo.

ENTREVISTADORA: E, de modo geral, qual tem sido o enfoque teórico-metodológico adotado nesses espaços de ensino da Auslan?

Louisa Willoughby: No país, não há muitas pesquisas sobre o ensino e o aprendizado da Auslan. Pessoalmente, desenvolvi uma série de projetos com perspectiva sociocultural e abordagem interacionista. Em termos de currículo para o ensino da Auslan, a fundamentação teórica é de métodos comunicativos e do ensino baseado em tarefas. Essas abordagens sustentam o ensino tanto nas escolas primárias, onde a Auslan é amplamente ensinada, quanto no currículo do TAFE. O currículo do TAFE também toma como base o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (o currículo PROSIGN), uma espécie de currículo que se baseia em competências, em vez de gramática ou aspectos cognitivos, por isso há funções que o aprendiz deve desenvolver (como fazer declarações ou negociar), mas as habilidades gramaticais também são indicadas. Assim, a tradição da pesquisa é fortemente sociocultural e a abordagem docente é basicamente comunicativa, com alguns fundamentos da gramática de instrução explícita.

ENTREVISTADORA: *Então, comente o projeto Bridging the theory-practice gap in the teaching of sign languages, coordenado por você, e outras pesquisas envolvendo a Auslan como L2 na Austrália com as quais você está envolvida.*

Louisa Willoughby: Eu tive muita sorte nos últimos cinco anos, pois tenho trabalhado com um dos maiores professores de Auslan em Melbourne, do Melbourne Polytechnic, e temos um projeto de pesquisa que chamamos de *Bridging the theory-practice gap in the teaching of sign languages*. Nesse projeto, olhamos para três vertentes, e uma das que eu tenho liderado é a voltada para a experiência do aluno com a aprendizagem da Auslan, principalmente suas experiências fora da sala de aula, como uso das redes sociais ou estudo particular. Também houve uma vertente em torno da avaliação, liderada por Adam Schembri, da Universidade de Birmingham. Ele mediu as habilidades linguísticas de várias maneiras, e agora temos trabalhado e tentado fazer análise comparativa do que as pessoas adquirem em diferentes fases, pois um dos problemas que enfrentamos com o ensino é que simplesmente não temos uma pesquisa baseada em como adultos ouvintes progredem na tarefa de aprender uma língua de sinais. Temos referência das fases de aquisição da linguagem de crianças surdas aprendendo Auslan como L1 ou inglês como L2, mas não temos esses dados para adultos aprendizes da Auslan como L2, por isso estamos tentando trabalhar com algumas dessas evidências nesse projeto. O terceiro braço desse projeto analisou o desenvolvimento de recursos; para tanto, à época fizemos algumas coisas em pequena escala. Agora, felizmente, recebemos um financiamento adicional e estamos organizando uma série de livros didáticos e de orientação aos professores, pois eles nos disseram que, na verdade, hoje em dia em Auslan há um monte de recursos de pequena escala disponíveis aos aprendizes. Por exemplo, se quisermos ver vídeos aleatórios de pessoas sinalizando a respeito de tópicos específicos, encontraremos material de sinalização sobre questões médicas, coisas sobre famílias, localidades e outros. Porém, os professores acham muito difícil colocar isso junto e de uma maneira coerente; apesar de haver um currículo contendo os tópicos que precisam ensinar, é responsabilidade deles criar aulas organizadas e didáticas. Então, estamos trabalhando nisso agora. Temos uma equipe de quatro pessoas — dois surdos e dois com deficiência auditiva — trabalhando com dois de nós que somos ouvintes, e estamos tentando aplicar os materiais a linguistas, a funcionários surdos e a professores experientes da Auslan. Esperamos que isso seja um caminho com atividades estruturadas. Além da organização das atividades em uma ordem lógica também precisamos pensar na qualificação do professor, pois um dos problemas reais que enfrentamos é o fato de que os surdos não foram expostos ao longo do seu processo de aprendizagem a aulas de L2 de alta qualidade. Os professores surdos são muito competentes na língua, mas não têm qualificações completas nem a experiência de terem sido aprendizes de sucesso e assistido boas aulas com professores gerenciando as atividades. Então, sobre a Auslan, a maior parte das pesquisas têm sido coisas que fiz envolvendo alunos de L2 ou muitas vezes com foco em intérpretes, como a pesquisa de Karen Bontempo (2015), que tem feito coisas realmente encantadoras relacionadas à traços de personalidade e características de intérpretes. Em seu doutorado, Donovan Cresdee (2006), que é um autor surdo, fez uma varredura de diferentes fatores do ensino da Auslan na época e demonstrou uma espécie de imagem abrangente do que estava acontecendo na Austrália em relação à abordagem de aspectos gramaticais. Recentemente, temos focado em aspectos da correção de erros nas salas de aula, investigando como e se os professores respondem aos erros cometidos por alunos, analisando também que tipos de erros ou

que tipos de teoria da correção de erros estão trabalhando. Descobrimos que os professores tinham abordagens bem diferentes: alguns demonstravam muito o objetivo de corrigir tudo o que viam, enquanto outros só corrigiam quando percebiam que era importante e, na maioria das vezes, deixavam as pessoas tentarem o seu melhor. Também temos olhado um pouco para o uso da língua de sinais pelos alunos fora da sala de aula. Então, eu e minha colega Cathy Sell fizemos um artigo (WILLOUGHBY; SELL, 2019) avaliando alguns dados provenientes de questionários de alunos referentes ao que fazem fora da sala de aula, durante seu estudo particular da Auslan. Temos outro trabalho que está em revisão, no qual investigamos com mais detalhes estudos diários; fizemos um acompanhamento ao longo de um ano e conseguimos que eles periodicamente preenchessem diários sobre que tipo de estudo estavam fazendo e, em seguida, os entrevistamos. Além disso, estamos observando especificamente o uso de plataformas de vídeo, como o *YouTube*, como um recurso de estudo. Por fim, está em processo — muito no início — a montagem de um livro reunindo todos os vários aspectos do nosso projeto. Nesse material, vamos combinar algumas das coisas que temos feito a respeito de avaliação, aprendizagem fora da sala de aula e formação de professores da Auslan — o que é, na minha opinião, a próxima peça do quebra-cabeça.

ENTREVISTADORA: Já que você mencionou a questão de formação de professores, comente sobre os programas institucionais e o perfil docente dos professores de Auslan como L2.

Louisa Willoughby: Na Austrália, as pessoas que ensinam a Auslan no sistema TAFE quase sempre são surdas. No sistema escolar, é um pouco mais complicado, porque na rede escolar, para ser professor de idiomas, você precisa ser um professor qualificado em sala de aula também — tenho certeza de que também é assim no Brasil —, e não temos programas de formação de professores direcionados para pessoas surdas. Então, se uma pessoa surda vai para a universidade na Austrália, ela tem direito à interpretação de Auslan e outros apoios em relação ao curso que escolher, mas não há um programa específico para os surdos. É claro que existem alguns surdos estudando para serem professores da Auslan e atuarem em sala de aula, mas isso acontece apenas como um trabalho informal. Na Austrália, há uma grande variedade de segundas línguas ensinadas, e a maioria das universidades não dão treinamento em uma metodologia específica para o professor seguir. Ou seja, o professor pode se qualificar a partir da formação genérica. Eu, por exemplo, fiz essa educação inicial de professor de L2, e na minha turma havia duas pessoas especializadas em indonésio, uma pessoa do francês, uma especialista em alemão, e assim por diante. Isso também torna a situação mais difícil para os surdos, visto que não há formação para professores da Auslan, mas, sim, formação para professores de L2, e essa aula não é ministrada em Auslan. Então, o que está acontecendo muito no sistema escolar, onde a Auslan é ensinada, é que ou o professor é um ouvinte que fez curso de Auslan e passa a ensinar a língua — basicamente um passo atrás do que está aprendendo, pois não é sinalizante fluente, está apenas fazendo um pouco de trabalho ligado à língua e à cultura surda — ou há uma pessoa surda na aula para ser o tipo de modelo de sinalização, mas juntamente com o professor de sala de aula, que fica ensinando ou supervisionando. Esse não é um sistema exatamente exemplar, mas, para lecionar no sistema TAFE, é preciso que haja uma qualificação que ocorre através de uma conversa burocrática, relativamente curta, sobre como ler um currículo e como trabalhar com as estruturas de competências que temos. Assim, o TAFE exige o cumprimento da burocracia, com perguntas como “você disse às pessoas quais são

os critérios de avaliação?”, “você disse a eles com tempo suficiente para estudarem?”, “você avaliou tudo que o currículo diz que você precisa avaliar?”. Então, não dá orientação sobre qual é a melhor maneira de ensinar, e é aí que achamos que há uma necessidade real de ter algum tipo de caminho, um pouco como o que parece que vocês têm no Brasil, que são aulas dedicadas para surdos, para formação de professores que vão ensinar Libras. Enfim, na Austrália o que mais importa é se a pessoa tem os requisitos burocráticos das qualificações. Se uma pessoa surda e uma pessoa ouvinte tiverem as qualificações, com certeza a surda será escolhida prioritariamente; contudo, se a surda não tiver as qualificações, por razões legais, a ouvinte será preferida. Nesse caso, a escola pode ter um segundo professor que acompanhe a pessoa surda não qualificada, mas formalmente o vínculo é com a pessoa ouvinte que tem a qualificação.

ENTREVISTADORA: Finalizando, como você acha que a área da Auslan como L2 pode se fortalecer na Austrália?

Louisa Willoughby: Algo que considero muito triste no meu país é que não há um único acadêmico surdo trabalhando com a Auslan, por isso as universidades não estão ensinando a língua, pois parece que não existe mercado de trabalho para essa área. Eu sou uma das poucas pessoas que estão desenvolvendo um trabalho nesse campo, apesar de eu não ter sido contratada para trabalhar com a Auslan. Então, creio que há uma necessidade real de fomentar programas de acesso e formação de professores para surdos e, conseqüentemente, ampliar vagas de trabalho acadêmico para essas pessoas, porque conheço muitos australianos sinalizantes da Auslan que pensaram em fazer um doutorado, mas consideram que o mercado de trabalho acadêmico da Austrália é simplesmente terrível; por ser tão difícil conseguir um emprego em universidade (não importando quem você é), acabam não fazendo o PhD. Isso é um pouco deprimente. Acho que realmente precisamos ter uma espécie de ação afirmativa, políticas de contratação e universidades mais flexíveis nos critérios de admissão para graus superiores, ou nos serviços de apoio oferecidos, de modo que candidatos surdos possam acessá-las. Esse é um problema real: para obter mais graduandos surdos, paralelamente precisamos de mais empregos para eles — e, na Austrália, infelizmente não há. Estou trabalhando muito para tentar criar alguns empregos e faço isso buscando financiamento para as pesquisas, pois dessa forma posso empregar pessoas surdas. Acredito que, quando esse cenário mudar, teremos repercussões em todas as áreas, inclusive na Auslan como L2. Acho que a Libras tem sido muito bem-sucedida devido ao acesso de surdos na universidade, já que no Brasil a legislação é levada a sério e realmente é colocada em prática. Há muitas coisas pelas quais vocês podem se orgulhar, e muito do que vocês fizeram em termos de pesquisa é objeto de estudo bastante importante para todos nós.

3 Algumas considerações finais

Confrontando as informações obtidas na entrevista com os dados publicados na literatura, bem como com nossa observação empírica da área, podemos identificar semelhança no processo histórico em que se insere a educação de surdos no Brasil e na Austrália. Em ambos os territórios, a

educação de surdos fundia-se com educação especial e durante, praticamente, todo o século XX buscou formas de reabilitar surdos, inclusive por meio do implante coclear. Diferentemente do que acontece na Austrália, no Brasil apenas 5% dos pacientes que poderiam usar a tecnologia fazem uso do implante coclear (MEDICINA/SA²). Além desse recurso tecnológico, disputas ideológicas determinam a língua a ser utilizada com surdos e ao que parece a Auslan ainda busca formas de se consolidar no contexto educacional. Todavia, no Brasil, nas últimas duas décadas, o bilinguismo assumiu centralidade dos debates, contando com publicações de autores surdos e vem se estabelecendo cada vez mais, influenciando, a resistência acadêmica ao implante coclear (REZENDE, 2010). Apesar desse avanço, semelhantemente ao que acontece no cenário australiano, a grande maioria das crianças e adolescentes surdos frequentam escolas regulares, e apenas uma porcentagem muito pequena acessa às poucas escolas bilíngues para surdos. A política de inclusão continua bastante acentuada no Brasil e isso faz com que a idade e as condições de aquisição de Libras por surdos sejam tão variadas quanto são na Austrália.

Uma outra diferença significativa identificada entre os países é a legislação específica da língua de sinais, que existe no Brasil e é ausente na Austrália. O decreto brasileiro nº. 5.626/2005 foi determinante para o fomento à inclusão da Libras como disciplina obrigatória no ensino superior, que, por consequência, incentivou o ingresso de surdos para atuarem como professores no ambiente acadêmico. Essa legislação favoreceu não somente a formação de professores de Libras, com priorização de vagas para surdos nos cursos de Letras Libras, como também a formação de pesquisadores surdos em diversos programas de pós-graduação de universidades públicas e a priorização da ocupação em vagas de trabalho. Na Austrália, a formação de professores e pesquisadores surdos (em nível de graduação e pós-graduação, respectivamente) e sua inserção no mercado de trabalho ainda carece de desenvolvimento. Apesar de haver a disciplina de Libras sendo ministradas em todas os cursos de licenciaturas, o ensino é em nível básico, com irrisória carga horária e sem as devidas condições para o desenvolvimento da habilidade

²Implantes cocleares chegam a apenas 5% dos pacientes - Medicina S/A (medicinasa.com.br)
Revista Sinalizar, Goiânia, 2022, v.7: e72828

linguística nos acadêmicos. Nesse quesito, portanto as realidades são semelhantes.

Fora da universidade, o ensino tanto da Auslan como da Libras para adultos também tem ocorrido apenas em nível básico devido aos mesmos motivos (falta de tempo para aprofundamento do estudo, falta de preparo de alguns professores e acentuada dificuldade em lidar com uma língua de modalidade distinta da oral auditiva); mas, no território australiano parece que mais crianças ouvintes tem tido a oportunidade de terem contato com a língua de sinais no ensino fundamental o que ocorre, muito provavelmente, pela forma de organização da política nacional de idiomas no país, já que não há legislação pertinente e tão pouco a comunidade surda é organizada politicamente.

Entendemos que esse manuscrito que relata experiências/percepções construídas durante a trajetória profissional da professora e pesquisadora Louisa Willoughby, da Universidade Monash abre espaço para posterior aprofundamento das comparações e interpretações, haja vista que a entrevista sugere interessantes caminhos que podem ser aplicados à prática brasileira. É o caso, por exemplo, de um aplicativo com conteúdos voltados aos pais de crianças surdas (como o Auslan Tutor) e o financiamento dos estudos da Libras para os pais de crianças surdas, que poderiam ser desenvolvidos no Brasil. Ademais, incentiva a continuidade das investigações teórico-metodológicas que temos desenvolvido em relação à Libras como L2, uma vez que nossos estudos têm se assentado nas mesmas bases mencionadas pela entrevistada: a abordagem baseada em tarefas, instrução explícita e o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas. Esses estudos, contudo, carecem de uma estruturação (tal como ocorre com o projeto *Bridging the theory-practice gap in the teaching of sign languages*) que pode favorecer à pesquisa longitudinal das etapas da aquisição da Libras como L2 e à investigação fora da sala de aula envolvendo os aprendizes.

Na pesquisa realizada por Silva (2020), constatou-se que os estudos sobre a aprendizagem da Libras por ouvintes adotam, prioritariamente, um viés interacionista e, segundo Louisa, o mesmo ocorre em relação à Auslan. Assim, conhecer o Auslan como L2 para pessoas ouvintes reflete em futuras e

possíveis contribuições à pesquisa com Libras como L2 para ouvintes. Mas, não é só isso. Saber das impressões que Louisa tem a respeito das políticas linguísticas brasileiras nos inspira a continuar buscando formas de elevar o *status* da Libras no nosso território, de disseminá-la entre as pessoas ouvintes e de concretizar ações educacionais que possam favorecer a real inclusão dos cidadãos surdos no nosso país. Sobretudo, a realização da entrevista colabora à projeção desta vertente de pesquisa (Libras como L2) em países mais desenvolvidos do que o Brasil e, pela sua acessibilidade linguística em Libras, também abre portas para discussão com acadêmicos surdos.

Referências

BONTEMPO, K. Signed language interpreting. *In*: MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. **The Routledge handbook of interpreting**. Oxon: Routledge, 2015. p. 112-128.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18º da Lei no 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: [Decreto nº 5626 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2005/05626.htm). Acesso em: 17 jun. 2022

CRESDIE, D. V. **A study of the way (s) to teach signed discourse cohesion, particularly reference, within a story text**. 2006. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Centre for Access and English as a Second Language, Charles Darwin University, Australia, 2006.

LO BIANCO, J. National Policy on Languages. **Australian Review of Applied Linguistic**, Canberra, Australian Government Publishing Service, v. 10, p. 23-32, 1987.

SILVA, L. Aquisição de segunda língua: o estado da arte da Libras. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 64, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11861>. Acesso em: 16 jun. 2022.

REZENDE, P. L. F. **Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Sinalizar, Goiânia, 2022, v.7: e72828*

Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.

WILLOUGHBY, L.; SELL, C. Studying a sign language: what are hearing adults doing outside of class? **Sign Language Studies**, v. 19, n. 3, p. 453–478, 2019.

Publisher

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CURSOS DE LETRAS: LIBRAS E DE LETRAS: TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS/PORTUGUÊS DA FACULDADE DE LETRAS/UFG. PUBLICAÇÃO NO PORTAL DE PERIÓDICOS UFG. AS IDEIAS EXPRESSADAS NESTE ARTIGO SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SUAS AUTORAS, NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DOS EDITORES OU DA UNIVERSIDADE.